

Pesquisas em História da Educação: problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes

Alessandra Cristina Furtado

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-6084-2299>

E-mail: alessandra_furtad@yahoo.com.br

Giovani Ferreira Bezerra

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4710-3897>

E-mail: gfbezerra@gmail.com

Kênia Hilda Moreira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0265-4783>

E-mail: Keniamoreira@ufgd.edu.br

Resumo: Este texto tem caráter teórico-metodológico e visa apresentar possibilidades de trabalho com documentos, temas e fontes que têm sido profícuos para o avanço das investigações historiográficas recentes, a partir do trabalho desenvolvido pelos seus autores. Parte-se dos pressupostos legados pela escola francesa dos *Annales*, particularmente da *Nouvelle Histoire* que se delimitou na terceira geração dessa escola, já no final do século XX. Diante disso, são abordadas as fontes utilizadas como base empírica nas pesquisas sobre a história da educação rural, possibilidades de uso da imprensa periódica, especialmente no tocante aos estudos sobre a história da educação dos sujeitos com deficiência, bem como os livros didáticos, entendidos como fontes para a História da Educação. Assim, apresentam-se caminhos provocativos para a pesquisa e a operação historiográfica, instigando a emergência de novos problemas, temas e abordagens no estudo e preservação da História da Educação.

Palavras-chave: Fontes; Escolas rurais; Impressos periódicos; Livros didáticos.

Research in History of Education: problematizing the use of archives, documents and sources

Abstract: This text has a theoretical-methodological character and aims to present possibilities of working with documents, themes and sources that have been useful for the advancement of recent historiographical investigations, based on the work developed by its authors. Part of the assumptions inherited by the French school of the *Annales*, particularly the *Nouvelle Histoire* that was delimited in the third generation of this school, at the end of the twentieth century. The sources used as an empirical basis for research on the history of rural education, possibilities for the use of the periodical press, especially with regard to studies on the history of education of disabled subjects, as well as the textbooks, understood as sources for the History of Education. Thus, provocative paths are presented for historiographic research and operation, instigating the emergence of new problems, themes and approaches in the study and preservation of the History of Education.

Keywords: Sources; Rural schools; Periodical Press; Didatic books.

Texto recebido em: 14/04/2019

Texto aprovado em: 21/05/2019

Introdução

Ao pensarmos sobre a preservação da História da Educação, mediante arquivos, documentos e fontes, vistos como basilares para a produção historiográfica do campo educacional, optamos por apresentar, neste texto, possibilidades de trabalho com documentos e fontes que têm sido proficuos em nossas investigações, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em que atuamos¹. De início, vale ressaltar que nossa concepção de documento e fonte parte da renovação teórico-metodológica advinda da escola francesa dos *Annales*, por meio de seu programa interdisciplinar e a perspectiva de uma *Nouvelle Histoire*² que se delimitou, particularmente, na terceira geração dessa escola, já no final do século XX (LUCA, 2014; BURKE, 1992; BARROS, 2012).

Nessa abordagem, as diversas produções humanas, materiais e/ou simbólico-culturais, além dos mais variados comportamentos e práticas, como o sexo, o medo, a morte, as maneiras de se vestir, de comer, de ler, de escrever, entre tantos outros motivos, passaram a interessar aos domínios da História. Nos dizeres de Le Goff (1990, p. 28-29, grifos nossos),

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história (...) fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preço, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um exvoto são para a história nova, documentos de primeira ordem.

Nessa direção, tal como expõe Barros (2012), a terceira geração dos *Annales* e sua correspondente *Nouvelle Histoire*, que emerge entre o final da década de 1960 e o começo da de 1970, foi acompanhada por um cenário de mudanças paradigmáticas no terreno da historiografia e das ciências sociais de um modo geral (Cf. LE GOFF, 1990; PESAVENTO, 2003). A História se aproximou da Antropologia, dos estudos sobre cultura material e do cotidiano de personagens “marginais” ou populares, vivenciando uma verdadeira “revolução documental” e “renovação do

domínio científico” (LE GOFF, 1990). A própria noção de documento, portanto, foi ampliada e ressignificada, de modo que “os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas” (CHARTIER, 2002, p. 13).

Em decorrência disso, “o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural³ passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas” (BARROS, 2012, p. 306). Luca (2014, p. 112, grifos nossos) também se posiciona sobre a questão, explicando que:

A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha ‘novos objetos, problemas e abordagens’.

Desse modo, o historiador também se tornou mais sensível a novas fontes, sejam elas escritas ou não, a fim de promover a inteligibilidade dos fenômenos históricos, desempenhando um papel ativo na produção, seleção e organização intencional daquelas. Nesse trabalho, fica patente que nem todo documento produzido historicamente torna-se uma fonte de pesquisa ou responde às questões que se formula em uma pesquisa histórica. Por isso, é a partir do trabalho do historiador, embasado em uma determinada teoria e em um método, que o documento, entendido em suas múltiplas acepções (FEBVRE, 1985) se converte ou não em fonte para a investigação historiográfica. Como sintetiza Nunes (2006, p. 193),

Vemos aqui um conceito bem amplo do que seja fonte histórica: tudo o que possa nos dar algum tipo de informação sobre a atividade humana que estamos estudando. É mais largo ainda do que o foram vestígios e testemunhos. E mais, agora a responsabilidade passa para o historiador. É ele que, com sua engenhosidade, construirá suas fontes. Mesmo quando existem documentos escritos, e o historiador lança mão deles, o faz de forma própria, original.

Ora, com o legado dessa renovação historiográfica, tornou-se legítimo empreender pesquisas históricas tomando impressos periódicos, documentos escolares, livros didáticos, entre outros, como documentos que se constituem em

fontes e ou nos próprios objetos de estudos historiográficos. É nessa direção que o presente texto foi construído, no intuito de explicitar e exemplificar como essas fontes podem contribuir para a escrita da História da Educação e sua preservação, inclusive evidenciando a necessidade de se pensar na importância de arquivá-las e disponibilizá-las para toda a sociedade.

Escolas rurais: inventariando documentos e constituindo fontes para a preservação de uma história (ainda) “esquecida”

No Brasil, embora haja desde o final do século XIX para o XX, discursos e práticas que refletem uma preocupação com a educação rural, voltada, fundamentalmente, para as camadas menos favorecidas da sociedade, as políticas governamentais privilegiaram a educação urbana em detrimento da rural. Contudo, na década de 1920, a preocupação dos intelectuais e governantes voltou-se para a educação escolar rural, devido aos altos índices de analfabetismo e de migração do campo para a cidade. Desse modo, essa modalidade escolar passou, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a ser pauta na Constituição, nas literaturas e nos congressos de educação, nos quais se percebia a existência de representações concorrentes sobre o rural e sua educação.

Nas décadas de 1940 e 1950, por exemplo, foram instalados vários programas e projetos de educação rural pelo governo federal mediante a atuação do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Entre essas iniciativas, vale a pena destacar a criação da Comissão Nacional de Ensino Primário em 1938, a realização em 1941, no Rio de Janeiro, do 1º Congresso Nacional de Educação debatendo políticas para o ensino primário na zona rural, a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário estabelecendo diretrizes gerais para esse nível de ensino para todo o país, e, a instituição da Campanha Nacional de Educação Rural a partir de 1952. Convém lembrar aqui que, nesse período muito contribuíram para essas iniciativas, as discussões ocorridas durante o 8º Congresso Brasileiro de Educação, realizado na cidade de Goiânia, em 1942, promovido pela Associação Brasileira de Educação (ÁVILA, 2013; WERLE, 2007, 2010).

Apesar de presentes nos debates e congressos, a educação rural foi deixada à margem pelos pesquisadores de pós-graduação no Brasil. Desprezado ou não, o que nos fica evidenciado é que o rural, independente da sua localidade, no Brasil,

sempre foi percebido como “atraso” em contraposição ao urbano, “moderno”. Demartini (2012, p. 10) lembra que, no Brasil, “a educação das populações rurais foi relegada a segundo plano, não só pelo Estado, mas também pelos estudiosos, que historicamente pouca atenção têm dado e ao seu processo de escolarização”. Damasceno & Beserra (2004), ao mapearem e discutirem o conhecimento produzido na área da educação rural no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, apontaram as temáticas de estudo mais recorrentes sobre a educação rural, bem como abordaram a organização regional dessa produção, registrando as tendências atuais e as temáticas ainda não suficientemente estudadas.

Para escreverem sobre as perspectivas e o estado da arte da educação rural, Damasceno & Beserra (2004) selecionaram 102 dissertações e teses encontradas no banco de dados da ANPED, entre 1981 e 1998. Esses trabalhos foram agrupados e classificados nos seguintes temas: ensino fundamental (escola rural), professores rurais, políticas para a educação rural, currículos e saberes, educação popular e movimentos sociais no campo, educação e trabalho rural, extensão rural, relações de gênero e outros. A partir desses dados, Damasceno e Beserra (2004) verificaram um quadro de escassez da produção científica a respeito da educação rural. Além disso, foi possível constatar que a percentagem média de produção de dissertações e teses cai de 2,1%, na década de 1980, para 0,9%, na década de 1990, o que revela o crescente desinteresse pela área de estudos no período. Assim, os balanços sobre a produção da pesquisa acerca da educação rural no Brasil, como os realizados por Damasceno e Beserra (2004), Pinho (2008) e Ávila (2013), acabam por revelar um número mínimo de estudos a respeito desse tema comparado às demais áreas da educação e uma ausência ainda maior desses estudos numa perspectiva histórica.

Virginia Ávila, em sua tese de doutorado intitulada “História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada”, defendida em 2013, na Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, ao apresentar o levantamento da produção acadêmica sobre a abordagem histórica da educação rural no Brasil, mostra um bom exemplo sobre essa questão. A autora constata que, embora tenha encontrado estudos específicos sobre a educação rural como tema, permanece, ainda, “a lacuna de estudos historiográficos relativos ao contexto em que se desenvolveram as políticas educacionais e a introdução de modelos educativos para o ensino primário rural no transcorrer do século 20 no Brasil” (ÁVILA, 2013, p. 22).

Contudo, ao identificar a importância do tema e de sua pouca exploração na historiografia educacional brasileira. Observamos que, nos últimos anos, uma crescente realização de pesquisas acadêmicas, na forma de monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, cuja temática está ligada à educação rural numa perspectiva histórica. Tais investigações têm dado destaque ao papel relevante desempenhado pelas escolas primárias rurais no processo de escolarização da infância brasileira e alguns deles a história da formação dos professores das escolas rurais. (ÁVILA, 2013, SÁ; SOUZA; SILVA, 2013; PIACENTINI, 2012, WERLE, 2007, 2010).

Os estudos de caráter histórico tais como, o de Irala (2014), Ávila (2013), Silva (2012), Piacentini (2012), Paes (2011), Werle (2010, 2007), entre outros, estão focalizando as políticas educacionais para as escolas e a formação de professores do meio rural no Brasil, os processos de institucionalização e expansão das escolas no meio rural, os processos de escolarização da infância em áreas rurais, a história das instituições escolares rurais, a história da formação dos professores do meio rural, dentre outros temas mais específicos. No entanto, esses estudos históricos na forma de livros, de teses e dissertações permitem identificar que a história da escola rural primária e a história da formação e da profissão docente no meio rural ainda se constituem temáticas pouco exploradas pela historiografia educacional brasileira. Apesar de, atualmente, as pesquisas que abordam aspectos da educação rural terem ampliado no Brasil, ainda há muito a ser pesquisado. Isso acaba por evidenciar a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre a história da educação rural no Brasil, sobretudo, acerca da história da escola rural primária e da história da formação e da profissão docente no meio rural.

Na maioria das vezes, os documentos que subsidiam esses estudos históricos estão circunscritos aos relatórios e mensagens de governadores e interventores federais, leis, decretos, sinopses estatísticas, escritos de educadores e publicistas do período, relatórios escolares, cadernos, livros, entre outras. Apesar do crescente alargamento das fontes mobilizadas pelos historiadores, nos últimos anos, os documentos normativos/legislativos se constituem em fontes utilizadas como base empírica nas pesquisas sobre a história da educação rural. Sobre o uso dessas fontes tradicionalmente manuseadas pelos historiadores da educação, como a legislação e os relatórios oficiais, Vidal e Faria Filho (2005) assinalam que a continuidade de sua utilização, ocorre porque esse tipo de documento tem “algo a dizer” do passado e da circunstância na qual foi produzido, que, pelo

entrecruzamento com outras fontes, auxilia a desnaturalizar determinadas práticas educativas, pois a sua leitura permite analisar a voz do Estado representado nas políticas educacionais, bem como favorece a reflexão sobre a relação entre história política, história escolar e história da educação.

Os documentos que são transformados em fontes pelos pesquisadores que se dedicam a investigar a história da educação rural são levantados e catalogados nas escolas rurais, nos acervos pessoais de antigos professores e ex-alunos, nos arquivos públicos, museus e centros de documentação dos estados.

É oportuno lembrar que as instituições escolares constituem independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. As próprias escolas situadas no meio rural também se constituem em espaços de guarda de documentos/objetos escolares, documentos de caráter administrativo, pedagógico, histórico. Embora essas escolas e seus atores produzam diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam, até mesmo, seu âmbito pedagógico. E os arquivos escolares constituem o repositório dos documentos de informação diretamente relacionados com o seu funcionamento, sendo o núcleo duro da informação sobre a escola, “ao corresponder a um conjunto homogêneo e ocupar um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizados para reconstruir o itinerário da instituição escolar”. (MOGARRO, 2005, p. 77). Não se pode deixar de mencionar aqui que, o acesso aos arquivos dessas escolas rurais tem sido bem difícil, sobretudo, devido às transformações ocorridas na educação escolar do meio rural dos diferentes estados brasileiros, no final do século XX, com as políticas públicas que trazem o processo de nucleação⁴. Esse processo tem desativado escolas rurais e ao mesmo tempo aberto o caminho para os arquivos documentais de essas instituições sejam levados e recolhidos em secretarias da educação, arquivos públicos, centros de documentação, entre outros lugares. Tal situação vem dificultando o acesso direto dos historiadores da educação em seus arquivos. Além disso, o recolhimento dessa documentação para abrigo nesses locais, muitas vezes, acaba proporcionado à perda de documentos importantes ao longo do processo, o que também dificulta o trabalho do pesquisador que se dedica ao estudo da educação rural, em uma perspectiva histórica.

Os acervos pessoais dos antigos professores e ex-alunos também se constituem em lugares importantes de pesquisa para os historiadores da educação,

que buscam investigar a história da educação rural, pois neles é possível localizar fotografias, cadernos, livros, certificados, diplomas, entre outros. Embora já mencionado anteriormente, mas, para além desses lugares mais específicos, existem outros que salvaguardam as memórias da educação rural, como é o caso de arquivos públicos, museus, centros de documentação. No caso dos arquivos públicos, há uma predominância de documentos de cunho legislativo, estaduais e/ou nacionais, muitos deles preservados por força de lei, coleção de jornais, sinopses estatísticas, escritos de educadores e publicistas, entre outros. Os Centros de Documentação, por sua vez, destinam-se a reunir, preservar e disponibilizar jornais, revistas, documentos de professores, relatórios escolares elaborados pelas delegacias regionais de ensino, entre outros. Os museus históricos preservam antigos mobiliários escolares e séries de fotografias das escolas rurais.

É interessante enfatizar que o conjunto de documentos que podem ser levantados nos diferentes fundos documentais trazem informações importantes para o estudo dos processos de institucionalização e expansão das escolas rurais, história das instituições escolares rurais, história da formação de professores e da profissão docente no meio rural.

O levantamento de documentos que pode ser realizado, em diferentes locais de pesquisa como arquivos públicos, centros de documentação, museus, acervos pessoais de ex-alunos e antigos professores, permite ao pesquisador cruzar os conteúdos desses documentos. Esse cruzamento acaba por imprimir certa complementaridade na documentação em análise, pois cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade nesses documentos, estabelecendo relações com outros documentos e acervos, bem como compreender os limites dessas fontes.

A análise desses documentos acaba por exigir uma postura do pesquisador que leve em consideração as condições concretas de produção dessas fontes documentais, as quais abrangem questões econômicas, geográficas, sociais e políticas muito distintas. Como adverte Le Goff (1994, p. 545), o documento

não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

De acordo com Le Goff (1994), o documento não se fecha em si mesmo; ele está contextualizado e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material seja simbólica. Desse modo, o pesquisador deve estar atento ao fato de que as fontes que utiliza são sempre produções humanas, que podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado.

Tal é o caso, por exemplo, dos documentos provenientes dos acervos pessoais de antigos professores e ex-alunos das escolas rurais. Aqui, é oportuno retomar Farge (2009), segundo quem o acervo pessoal nasce da desordem, e que esse acervo precisa de mãos que o manipulam e classificam os documentos, de olhos que vigiam o escrito e cheiros que despertam memórias. Isso exige que o historiador formule problemas para guiar as suas ações no trabalho com essa documentação. Dessa maneira, algumas problematizações devem ser levantadas diante desses documentos, entre elas: De quem era essa documentação? Por que esses documentos foram guardados? Como tirar esses documentos do esquecimento? Como compreender a historicidade desses documentos? Entre outras indagações que podem surgir no decorrer da análise. Assim, nestas pesquisas, os documentos dos acervos pessoais de antigos professores e ex-alunos das escolas rurais merecerão a atenção apontada, como também os documentos provenientes de outros lugares de pesquisa.

Em síntese, pode-se dizer que para pesquisar objetos ligados à educação rural, em uma perspectiva histórica, é necessário que o historiador da educação, de um lado, esteja atento às dificuldades de acesso as fontes documentais, sobretudo, as provenientes dos arquivos das escolas rurais e, de outro, percorra diferentes lugares de pesquisa para organizar o seu corpus documental de investigação. Ademais, é preciso que esteja atento à forma de operar com essa documentação, problematizando-a e complementando-a com documentos de diferentes origens e natureza.

Impressos periódicos: possibilidades de uso para a escrita da História da Educação Especial brasileira

Se os documentos arrolados anteriormente se revelam fecundos para a produção historiográfica acerca das escolas rurais, permitindo problematizações múltiplas acerca dessas instituições, de seus agentes e de seus modos de funcionamento – até aqui pouco contemplados na pesquisa em História da Educação –, é preciso dizer que os impressos periódicos também podem ter um uso renovado como fontes imprescindíveis para se perscrutar modalidades educacionais marginalizadas nas narrativas do próprio campo histórico-educacional. Sabemos que não é tão recente o interesse dos historiadores da educação por jornais, revistas, boletins e demais produções periódicas da imprensa, seja ela especializada em educação e ensino ou não. Todavia, sabemos, igualmente, que o foco das pesquisas que recorrem à imprensa periódica tem sido voltado para as escolas, práticas, representações e agentes escolares relacionados às manifestações da educação comum, negligenciando-se a educação dos chamados “anormais”, “excepcionais”⁵ ou deficientes, conforme o tempo que se investiga.

Em outras palavras, pode-se dizer que o interesse pela imprensa periódica para a realização de estudos e pesquisas com caráter historiográfico sobre a educação brasileira remete, pois, ao final da década de 1980, intensificando-se a partir da década seguinte (Cf. CATANI, 1996), quando essa produção começa a ficar mais expressiva no meio acadêmico (Cf. CATANI, 1996, 2003; CATANI; BASTOS, 2002; BICCAS, 2008; PINTO, 2008; ZANLORENZI, 2010; SILVA, 2012; MARTINEZ, 2009; RAMOS, 2005; CATANI; FARIA FILHO, 2002). De fato, até fins dos anos de 1980, Catani (1996, p. 120) afirma que “o acesso às fontes que discutiam ou operavam análises sobre revistas de ensino era ainda bem restrito”, conquanto já houvesse “a pressuposição, muitas vezes corroborada a partir de então, de que a imprensa periódica especializada se constitui em instância privilegiada para a compreensão e funcionamento do campo educacional” (CATANI, 1996, p. 120). Nas palavras de Martinez (2009, p. 23-24, grifos nossos),

Atualmente a importância da imprensa, pedagógica ou não, trabalhada pela historiografia geral ou da educação, abre possibilidade à reconstrução da História. A imprensa utilizada como fonte anuncia discursos e expressões de diferentes protagonistas, possibilitando inferir características e problemas de uma dada época. Com base na leitura de Lopes e Galvão (2001)⁶, o uso de jornais e revistas como fonte na pesquisa historiográfica teve seu prestígio

validado há mais tempo na preferência dos pesquisadores da História. No caso da História da Educação, muitos têm se dedicado, desde a década de 1990, ao estudo dos impressos que circulam junto ao público escolar.

Assim, se já temos um número considerável de pesquisas nacionais que partem das revistas pedagógicas e/ou educacionais brasileiras como fonte e/ou objeto de estudo⁷, abordando diversos aspectos da educação e ensino comuns (CATANI, 1996, 2003; CORDEIRO; CARVALHO, 2002; FERNANDES, 2004; BICCAS, 2008; PINTO, 2008; ZANLORENZI, 2010; OLIVEIRA, 2011; RODRIGUES; SILVA, 2014; FRANÇA, 2014; RODRIGUES; BICCAS, 2015, entre muitos outros), o mesmo não se pode dizer, no Brasil, sobre as revistas, jornais, informativos e boletins periódicos editados pelas instituições e/ou associações educacionais privado-filantrópicas, com atuação exclusiva em Educação Especial, de forma paralela e/ou segregada aos sistemas públicos de ensino. Tampouco há preocupação com aquelas revistas e jornais da imprensa alternativa⁸, quando voltada às pessoas com deficiência (FIGUEIRA, 2014).

A constatação desse fato evidencia um silenciamento acerca da forma como, historicamente, foi desenvolvida a educação dos sujeitos marcados pela deficiência, pelas diferenças do corpo e da cognição. Mesmo com os avanços da Historiografia e, em particular, da História Cultural, pouco se tem olhado para o processo educacional desses sujeitos na diacronia, sem que se indague as fontes da imprensa periódica sobre o que elas dizem ou deixam de dizer sobre esse público. Conseqüentemente, não se nota investimento na preservação de documentos e memórias que ajudem a explicar como o indivíduo “anormal” / “excepcional” / deficiente foi educado, seja de modo formal ou não formal, em nosso país. E, como se faz mister ressaltar, o problema não está, certamente, na inexistência de fontes, matéria-prima do historiador, hoje entendidas de modo tão dilatado, como exposto na introdução. A própria imprensa se coloca, nesse sentido, como uma das entradas mais promissoras em investigações acerca dessa temática.

Além das publicações periódicas de circulação geral e da imprensa pedagógica, que podem se constituir em fontes para as pesquisas em torno da Educação Especial, mesmo que por meio de suas notas marginais e avulsas sobre esse tema, haja vista terem outras prioridades editoriais, há, no caso brasileiro, registros de revistas e demais impressos periódicos editados diretamente por instituições, escolas ou associações empenhadas na educação, formal e/ou não formal, de indivíduos com deficiência ou outras limitações/condições atípicas de

desenvolvimento ontogenético, outrora comumente englobados sob o termo “excepcionais”. Semelhantes revistas, jornais, boletins e manuais – produzidos pelas instituições educacionais especializadas no atendimento a esse público, suas associações, federações ou, ainda, por empresas do segmento editorial, com enfoque na educação especial e/ou nos sujeitos por ela compreendidos – podem se constituir, sob tratamento historiográfico, em importante objeto e fonte documental para o entendimento das práticas, representações e perspectivas da Educação Especial em nosso país, a qual, por sua vez, também nos ajuda a compreender a tessitura da própria educação comum e vice-versa.

Esse investimento, aliado a outros, como o do estudo das escolas rurais, está por se fazer, considerando-se o objetivo de preservar, compreender e explicar nossa história da educação em suas múltiplas (inter)faces. Como forma de explicitar o exposto e induzir uma agenda de pesquisa, bem como instigar um movimento de procura, organização, arquivamento e disponibilização desse material, há vários impressos periódicos vinculados estritamente a instituições de educação especial que, localizados e organizados em repertórios, poderiam ser objeto de estudos sistemáticos, tratados como fonte e/ou objeto para a escrita da História da Educação Especial brasileira nos seus mais diversos aspectos e particularidades.

Entre esses, podemos citar: os *Boletins* da Federação Nacional das APAEs⁹ (Fenapaes) e da Sociedade Pestalozzi do Brasil; a revista *Mensagem da Apae*¹⁰, também produzida pela Fenapaes; a *Revista Pestalozzi*, editada pela Federação Nacional das Associações Pestalozzi; a *Revista Brasileira para Cegos*, lançada em 1942 pelo Instituto Benjamin Constant, a primeira produzida toda em Braille, além da revista *Pontinhos*, publicada desde 1959 por esse Instituto, dedicada ao público infanto-juvenil, também em Braille, e, ainda, desse instituto, a *Revista Benjamin Constant*; a revista *Arqueiro*, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); a *Revista Brasileira de Deficiência Mental*, órgão oficial da Associação Brasileira para o Estudo Científico da Deficiência Mental; a *Revista Integração* – Órgão Oficial do Lar Escola São Francisco, depois tornada independente dessa instituição; *Espaço*, informativo técnico-científico de Educação e Educação Especial do INES, entre várias outras, sendo muitas delas já extintas. Entre revistas governamentais, menciono, a título de exemplo, a *Revista Integração* e a *Revista Inclusão*, editadas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Entre as revistas comerciais especializadas no segmento da pessoa com deficiência, as quais podem ser consideradas representantes da imprensa alternativa, vale destacar a *Revista*

Sentidos, as revistas *Incluir e Mundo da Inclusão*; a *Revista Nacional de Reabilitação – Reação*, entre outras.

Nessa medida, entendemos que não se pode alijar da História da Educação – e, conseqüentemente, da prática historiográfica a ela dedicada – a Educação Especial, com seus agentes, objetos, público-alvo, tensões, (con)formações, estratégias, táticas e relações de saber/poder característicos desse campo. Logo, sendo coerente com os pressupostos aqui assumidos, defendemos ser preciso não negligenciar as memórias e histórias que perpassam o atendimento educacional destinado à pessoa com deficiência. Esta também esteve e está o tempo todo existindo na História, fazendo História e sendo feita por ela, nas diversas conjunturas do passado-presente, não obstante tenha sido/seja ignorada ou preterida por grande parte das narrativas históricas hodiernamente produzidas pela academia. Logo, se temos estudado até aqui revistas e jornais para entender, sobretudo, a constituição histórica do ensino comum, também precisamos direcionar essa perspectiva de estudos para, mais especificamente, abordar os meandros históricos da educação dos indivíduos tachados como “excepcionais”, os quais foram/são silenciados, esquecidos e estigmatizados no decorrer do tempo.

O livro didático: fonte de pesquisa para a História da Educação

Desde os anos 1980 pesquisadores e historiadores da educação começaram a ver no livro didático um dos campos de conhecimento mais promissores da história da educação. A partir de então, o livro didático tornou-se fonte de pesquisa para os mais diversos temas, seja no âmbito da história das disciplinas escolares, da história do currículo, da cultura escolar, ou da história das instituições, como pretendemos anunciar. Desse modo, ao contrário das abordagens anteriores, não nos focamos em um tema específico, mas no livro didático como fonte em si, com o intuito de tecer indicações gerais sobre a especificidade dessa fonte e seu trato metodológico, ou seja, objetivamos apresentar algumas discussões em torno do livro didático como fonte/objeto de pesquisa, contribuindo para o debate em torno da problematização de arquivos, documentos e fontes, somando as já citadas possibilidades de investigações sobre a escola rural e os impressos na educação especial presentes nesse artigo.

Em virtude das diversas funções que o livro didático desempenha no processo educacional – portador de uma ideologia, de um sistema de valores, de uma cultura; uma mercadoria, enquanto produto fabricado pelo mundo da edição que obedece à evolução das técnicas e da comercialização pertencente aos interesses do mercado, além de um depositário dos diversos conteúdos das disciplinas curriculares –, uma das primeiras dificuldades em ter o livro didático como fonte/objeto refere à sua definição.

Segundo Choppin (1980, p. 2), o livro didático é um “instrumento pedagógico inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino do seu tempo”. Para o autor, os livros didáticos se dividem em quatro tipos, de acordo com as funções mais frequentemente propostas. O primeiro é o livro que apresenta um conjunto extenso de conteúdos do currículo, com uma progressão em unidades, em lições, favorecendo tanto usos coletivos como individuais. O segundo é o chamado paradidático, que são obras complementares que aprofundam conteúdos específicos. O terceiro são livros de referências, que servem de apoio, tais como dicionários, Atlas, etc. O último tipo são as edições escolares clássicas, que reúnem as obras clássicas (CHOPPIN, 1992, p. 16-17).

Batista (1999) lembra que muitos estudiosos do livro didático, como Oliveira (1968), Lajolo e Zilberman (1998) e Soares (1996), defendem a inclusão, na categoria dos livros didáticos, de um conjunto de textos anteriores à invenção da imprensa, pois livros e textos manuscritos também faziam parte da “escola”. Nesse sentido, outro fator a se considerar ao definir livro didático é a diferença entre textos, livros e impressos utilizados para o ensino, e outros produzidos especificamente com a finalidade didática.

Sobre a terminologia utilizada para definir esse objeto, é comum encontrarmos diferentes definições, tais como: manuais escolares, livros de texto, livros de classe, compêndios, manuais didáticos, dentre outras, apresentadas muitas vezes como sinônimas, com o intuito de evitar-se repetição. O Decreto-lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938, no Art. 2., parágrafo 2. expõe que “Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.”

Na área ibero-americana de língua espanhola (ou castelhana), se utiliza,

principalmente, de três substantivos para indicar o nível mais geral e abrangente: “livros, textos e manuais”, seguidos ou não, do adjetivo “escolar”. No caso brasileiro, no entanto, como anunciou Munakata (2001), o termo “livro didático” é mais utilizado que “manuais escolares”. A legislação brasileira em torno desse objeto, por exemplo, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD, Decreto 1.006) criada em 1938; a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), de 1966; o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), de 1971; o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, Decreto n. 91.542), de 1985 até hoje, dá a medida da predominância do uso do termo “livro didático”. Outro exemplo são os títulos das produções bibliográficas sobre o tema. A grande maioria utiliza o termo “livro didático”, mesmo que se aceitem as variações terminológicas, desde que se tratando de um mesmo objeto (MOREIRA, 2017). Além disso, acreditamos que, no Brasil, o termo “manual escolar” carrega uma negatividade no sentido de que, por ser um manual, estabelece as normas que devem ser seguidas por professores e alunos, não permitindo uma maleabilidade no seu uso. Por outro lado, o termo “livro didático” se apresenta menos carregado de imposições.

Definidos o objeto e a terminologia, o desafio seguinte é o de localizar e selecionar essa fonte. O caráter instrumental do livro didático e sua modéstia em relação aos demais livros fizeram dele, por muito tempo, um objeto de pouca atenção e, conseqüentemente, um objeto de pesquisa muitas vezes de difícil acesso (PUELLES BENÍTEZ, 2000). Batista (1999) afirma que o livro didático é “um livro efêmero, que se desatualiza com muita velocidade”. E continua:

Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, poucas vezes é conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições: com pequena autonomia em relação ao contexto da sala de aula e à sucessão de graus, ciclos, bimestres e unidades escolares, sua utilização está indissolúvelmente ligada aos intervalos de tempo escolar e à ocupação dos papéis de professor e aluno. Voltado para o mercado escolar, destina-se a um público em geral infantil; é produzido em grandes tiragens, em encadernações, na maior parte das vezes, de pouca qualidade, deteriora-se rapidamente e boa parte de sua circulação se realiza fora do espaço das grandes livrarias e bibliotecas. (BATISTA, 1999, p. 529).

Choppin (2000) argumenta que a pouca atenção dada a esse material até recentemente não surpreende, pois vários elementos contribuíram para manter o desinteresse. Entre eles, o fato de que os livros didáticos se tornaram parte do cotidiano, parecem atemporais, gozam de familiaridade tal que lhes subtrai valor,

sem contar sua produção abundante, sendo um produto pouco valorizado. Segundo fator: os livros didáticos são perecíveis. Eles estão à mercê das mudanças dos programas curriculares e, a partir da década de 1960, a evolução econômica, social, técnica e cultural e, ainda, o desenvolvimento das inovações pedagógicas, com a massificação do ensino e o recurso das novas tecnologias, favoreceram a renovação da produção e o aumento e a diversificação da oferta editorial. O terceiro motivo é que a trivialidade, a abundância e a ampla difusão da produção escolar não convencem bibliotecários da necessidade de se conservar esse material, que só perde para os jornais no que diz respeito ao consumo de papel. Até a década de 1960, não havia bibliografias nem catálogos dedicados especificamente a essa literatura escolar.

No caso brasileiro, há, contribuindo para o “anonimato do livro didático”, uma mentalidade dominante, “particularmente no que se refere ao tratamento que é dado à memória de modo geral e à educação em particular” (CORRÊA, 2000, p. 12). A autora enfatiza a necessidade de “espaços dedicados à preservação da memória nacional ou regional da educação” em nosso país. Tal constatação nos permite perceber os desafios e dificuldades de se ter o livro didático como fonte documental e de pesquisa, pois, como lembra Tiana Ferrer (2000), apesar da longa história do livro didático no campo educacional, esse material foi concebido como eminentemente instrumental, e não se produziram esforços sistemáticos para sua conservação. Desse modo, “o trabalho com estes materiais frequentemente dispersos, e fisicamente muito vulneráveis, faz com que a simples localização e catalogação de exemplares consumam considerável energia nos trabalhos de campo” (COLLADOS CARDONA, 2008, p. 325). De mais a mais, o livro didático, como literatura “menor”, não recebe a mesma consideração que outros livros na hora de serem guardados e catalogados nas bibliotecas públicas, ou mesmo nas bibliotecas escolares ou familiares. Desse modo, “a localização desse tipo de fonte tem gerado verdadeiras peripécias” (OSSENBAH, 2016, p. 795).

Considerando essas dificuldades, alguns projetos, com o intuito de facilitar o acesso ao livro didático como fonte de estudo, pesquisa e ensino, foram criados. Ao nível internacional, destacamos o Instituto Georg Eckert, na Alemanha, o projeto EMMANUELLE, na França, e o projeto MANES, na Espanha¹¹. No caso brasileiro, destacamos o projeto LIVRES, com o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (Livres) e a Biblioteca de Livros Didáticos (BLD), que inclui, além dos livros didáticos, documentação sobre a história dessa produção escolar e se integra

ao Centro de Memória da Educação Escolar (CME), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O acervo do LIVRES disponibiliza, por meio de seu Banco de Dados pela Internet, o acesso aos títulos das obras didáticas de diversas disciplinas escolares brasileiras de 1810 a 2005¹².

No que diz respeito aos procedimentos de localização de livros didáticos, além da consulta em acervos específicos, como os acima citados, podem ser feitos, dentre outras possibilidades, o estudo dos livros de contabilidade das editoras; da publicidade em jornais e revistas; dos livros de visita de inspeção escolar; das listas das bibliotecas escolares e públicas; dos planos de aula dos professores; das atas escolares de reuniões sobre seleção de livros didáticos; das listas de seleção dos livros a serem comprados pelo MEC; das listas de títulos aprovados pelas instâncias governamentais; das indicações de títulos em programas curriculares, como em Vechia e Lorenz (1998); dos levantamentos de obras didáticas, como em Unicamp (1989) e Tambara (2003); dos mapeamentos de trabalhos acadêmicos sobre o tema, como em Moreira e Silva (2011) e Moreira (2011; 2017).

Além disso, o *Google Books* inclui boa quantidade de livros didáticos em seu acervo virtual. Consideramos, amparando-nos em Choppin (2004), a necessidade de técnicas informatizadas para a coleta, tratamento e difusão de informações; a constituição de programas de pesquisas coletivas, interuniversitárias, nacionais ou internacionais; e a acumulação de formas de compartilhar experiências e habilidades em congressos internacionais ou, mais diretamente, pelas trocas de correspondência entre pesquisadores. Tais formulações ainda estão por acontecer, no caso brasileiro.

No que diz respeito às possibilidades de análise, o estudo histórico do livro didático não é simples nem imediato; requer cuidados e exige método próprio. Conforme Bittencourt (2003, p. 35-36)

os livros didáticos, usados como uma das fontes para estudos de história da educação ou mesmo da produção historiográfica mais geral, precisam de cuidadosa interpretação pela sua complexidade que, entre outros problemas, variam conforme o período, com diferentes sujeitos atuando em sua elaboração, confecção e pelo contexto de sua utilização. (BITTENCOURT, 2003, p. 35-36).

Quanto aos procedimentos de análise histórica do livro didático, deve-se considerar de imediato, como já mencionamos, que se trata de um objeto de múltiplas facetas. Para Choppin (2017), o olhar projetado sobre o livro didático é

sempre parcial e incompleto. Os livros didáticos são ao mesmo tempo suporte de conhecimentos escolares, instrumentos pedagógicos e produtos de consumo, além de condutores ideológicos e culturais.

Ao tratar do estudo do/sobre os livros didáticos, “estudar esses ‘impressos’ parece ser também estudar, de modo central, as relações – de subordinação, transformação e de tensão – da cultura com outras esferas da produção cultural” (BATISTA, 1999, p. 544). Esse autor enfatiza a complexidade do conjunto de fatores que condiciona a elaboração, produção, comercialização, e utilização do livro didático, afirmando que estudar livros didáticos pode ser “mais do que descrever os conteúdos que expressam, seus pressupostos ideológicos, seus fundamentos teórico-metodológicos.”:

Embora esses livros de fato expressem valores e modos de relação com o conhecimento, não o fazem de per si; seus efeitos de sentido, suas consequências pedagógicas e cognitivas são produzidos e não se oferecem de modo transparente nem ao pesquisador nem àqueles que o utilizam, mas se manifestam num conjunto de tomadas de posição diversificadas, tendo em vista condições de natureza heterogênea. (BATISTA, 1999, p. 553).

A produção do livro didático é cerceada por uma grande diversidade e instabilidade, considerando seus suportes materiais, seus meios de reprodução e seu processo de produção, complementa o autor:

Essa diversidade e essa instabilidade manifestam-se, também, nos ‘contratos’ de leitura e utilização que essa produção propõe e nos diferentes modos pelos quais esses ‘contratos’ se articulam com o trabalho pedagógico, em sala de aula: nas funções que buscam preencher, nos leitores que buscam alcançar, na modalidade de relação que buscam construir entre aqueles que os utilizam e entre esses e os objetos de conhecimento. (BATISTA, 1999, p. 553).

Em relação às diferentes possibilidades de mediações que o livro didático realiza, por exemplo, entre o aluno e os saberes e práticas e entre o aluno e o professor, é importante atentar-se para não se correr o risco de anacronismo. Os manuais didáticos elaborados antes de 1970 no Brasil, a título de ilustração, possibilitavam ao professor alto grau de autonomia em relação ao livro didático, não apresentavam exercícios e raramente se dirigiam diretamente aos alunos em sua narrativa. Representavam um complemento à ação do professor, que possuía autonomia para introduzir e desenvolver a disciplina, sugerir exercícios, fazer avaliações, propor acréscimos etc. Nas décadas seguintes, com a modernização no setor editorial e as políticas públicas específicas, os livros didáticos passaram a

dirigir as aulas, propondo não apenas o conteúdo a ser ensinado, mas o modo de distribuí-lo no tempo escolar, com atividades que muitas vezes avaliam o domínio da matéria pelo aluno e apresentam uma narrativa direta a eles, assumindo a voz do professor.

Delgado (2017) afirma que não existe técnica adequada que permita, com precisão, obter deste imenso material todas as informações que potencialmente guarda, tamanha a sua complexidade. Esse campo de conhecimento ainda carece de categorias próprias e de metodologia comum, e começa a exigir: “a elaboração de uma teoria do livro didático, ou, melhor, mais modestamente, um marco teórico que integre e ordene epistemologicamente todas as manifestações indicadas, especialmente se se aspira a escrever a história da prática escolar”. (PUELLES BENÍTEZ, 2000, p. 6).

Analisar livro didático, além de permitir compreender a história política, econômica e social de tal objeto, ajuda a desvelar o que os historiadores da educação têm denominado de “a caixa preta” da escola, isto é, considerar o cotidiano da sala de aula. Do contrário, corremos o risco de transmitir uma visão dos livros didáticos como mero reflexo de influências externas, seja de tipo ideológico ou científico, “sem ter em conta que os livros didáticos são, apesar de tais influências, um produto específico da cultura escolar, que porta códigos ou padrões, regras, rotinas e hábitos *sui generis*” (OSSENBACH, 2016, p. 791).

Em síntese, precisamos compreender o livro didático como representação dos campos epistêmico e científico, pedagógico, sociológico e antropológico, constituindo um caso particular no quadro da cultura escrita, da cultura escolar e da escolarização (MAGALHÃES, 2006), e apreender uma análise que considere a necessidade de abordagem específica, fazendo emergir uma etno-historiografia em que se sobressaia um historicismo que determine o sentido e a orientação da pesquisa.

Considerações finais

No decorrer deste texto, o intuito foi apresentar, como legado da renovação historiográfica do movimento dos *Annales*, algumas alternativas de se empreender, na atualidade, a investigação historiográfica em Educação, com fontes oriundas de diversos contextos e suportes. Foram explicitadas possibilidades de trabalho com determinadas fontes em pesquisas sobre escolas rurais e sobre impressos

periódicos tomados como fontes para a História da Educação Especial, temáticas ainda pouco abordadas na pesquisa em História da Educação. Os livros didáticos também foram problematizados, no sentido de se alertar para alguns procedimentos e pressupostos de análise desse material, quando tomado na acepção de fonte histórica. Uma fonte que pode ser explorada em muitas direções, tanto para se entender representações sobre os conteúdos escolares, pela história do currículo e das disciplinas escolares, quanto pelas práticas escolares, analisando os conteúdos pedagógicos, com indícios da cultura escolar, dentre tantas outras possibilidades de análise.

Problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes para a pesquisa em história da educação, destacamos a importância da preservação de espaços de memória, com esforços sistemáticos de preservação de documentos históricos os mais diversos. Além disso, enfatizamos a importância de pesquisadores da área detalharem, em suas publicações, sobre os procedimentos metodológicos, facilitando as pesquisas de novos investigadores interessados na temática, isso porque, muitas vezes, a simples localização e catalogação das fontes demandam um tempo considerável. Dessa forma, nos limites deste panorama de nossas investigações, esperamos ter suscitado novos caminhos para a pesquisa e a operação historiográfica, instigando a emergência de novos problemas, temas e abordagens no estudo e preservação da História da Educação. Afinal, é para isso que mobilizamos as fontes e seguimos nos “combates” pela História.

NOTAS

1. Os autores deste texto são membros pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As autoras Alessandra Cristina Furtado e Kênia Hilda Moreira são as líderes do GEPHEMES.
2. Utilizamos o termo *Nouvelle Histoire* na acepção de Barros (2012), que, preservando a designação cunhada pelos próprios novos *annalistas*, assim se refere à terceira geração dos *Annales*, conforme as mudanças experimentadas por esse movimento historiográfico desde fins dos anos de 1960 na Europa. Para melhor compreensão sobre a constituição dos *Annales*, seu programa e gerações, pode-se recorrer a Barros (2012), Burke (1992) e Le Goff (1990, p. 1-64), haja vista não ser escopo do artigo discutir a configuração desse movimento. Sobre a *Nouvelle Histoire*, vale destacar ainda que, segundo Burke (1992, p. 92), “A expressão foi popularizada pelo livro *La Nouvelle Histoire* (1978), editado por Jacques le Goff e outros, mas já havia sido reivindicada, anteriormente, para os *Annales*”. O termo aparece, por vezes, traduzido como História Nova ou Nova História.

3. Para uma compreensão mais aprofundada sobre História Cultural, seu programa e suas gerações, leia-se Chartier (1990), Pesavento (2003), Burke (2005), Barros (2011), entre outros.
4. “esse processo de nucleação corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas. Na segunda fase do ensino fundamental, o processo se assemelha. Porém os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana” (RODRIGUES et al., 2017, p. 709).
5. O termo excepcional começou a ser utilizado, no Brasil, com maior ênfase, a partir da década de 1950, sendo muito recorrente nas décadas de 1960 e 1970, recebendo críticas já nos anos de 1980 (Cf. BUENO, 1993). Por outro lado, vale ressaltar que tal designação não era “nova” quando se popularizou, pois já vinha sendo utilizada no país desde a década de 1930 pela educadora Helena Antipoff (Cf. RAFANTE; LOPES, 2009; JANNUZZI; CAIADO, 2013). Originalmente, visava “designar o universo para o qual a educação especial se dirige, em substituição a outros, como por exemplo, *deficiente, prejudicado, diminuído*, a fim de minimizar a pejoratividade inerente a essas tradicionais designações e de alcançar uma nomenclatura mais precisa” (BUENO, 1993, p. 37, grifos do autor). No rol desse termo, chegou-se a incluir, também, os indivíduos considerados superdotados ou “talentosos”, na expectativa de se corroborar a valoração positiva e não estigmatizante do epíteto de excepcional, muito embora a pejoratividade impingida à pessoa com deficiência tenha sido apenas temporariamente amortecida com tal estratégia (BUENO, 1993).
6. A autora aí se refere a este trabalho: LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
7. Para verificar como se pode empreender uma operação historiográfica recorrendo-se aos impressos periódicos como fonte e objeto de estudos, pode-se consultar Biccias (2008) e Bezerra (2017), dentre outros.
8. Segundo Figueira (2014, p. 55), “Meios de comunicação Alternativos são uma forma que setores populares, conjunto de classes e as camadas sociais menos favorecidas, encontraram (ou encontram) em certos momentos históricos, como instrumentos para mudar progressivamente a sociedade, criando novas condições propícias para tais mudanças. E na área da deficiência, temos pelo menos, dois registros”.
9. Segundo definição disponibilizada no site da Fenapaes, a APAE “Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional” (REDE APAE..., [2016?], n. p., grifos meus). Apae: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
10. Recentemente, essa revista foi analisada por Bezerra (2017), na perspectiva da Nova História Cultural, como fonte e objeto de estudo, evidenciando possibilidades de recorrer à imprensa periódica instrucional para se problematizar a História da Educação de “excepcionais” no Brasil.
11. O Instituto Georg Eckert para a Investigação Internacional sobre Livros Didáticos, com sede em Braunschweig (Alemanha), criado nos anos 1970, apesar de não se dedicar ao trabalho histórico sobre os livros escolares, tem realizado importantes contribuições neste âmbito, abrigando uma biblioteca de livros didáticos e várias publicações sobre o tema. O projeto EMMANUELLE, desenvolvido pelo Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), foi criado na França em 1980. Dirigido por Alain Choppin, o projeto EMMANUELLE, inserido no Service d’Histoire de l’Education do INRP, apresentou uma dupla tarefa: documental e investigadora. A base de dados do projeto EMMANUELLE, que objetivava registrar todos os livros escolares publicados na França desde a Revolução até

os dias atuais, construiu-se sobre o programa CDS-ISIS, elaborado pela UNESCO. O projeto MANES iniciou-se em 1992, fazendo parceria com o projeto EMMANUELLE e com o objetivo fundamental de realizar o estudo histórico dos livros didáticos publicados na Espanha entre 1808 e 1990.

12. A busca pode ser feita pela: Biblioteca da FEUSP – Biblioteca de Livros Didáticos; Biblioteca da FEUSP – Biblioteca Paulo Bourroul; Biblioteca da FEUSP – Biblioteca Macedo Soares; Biblioteca Mario de Andrade – Obras Raras – SP; Biblioteca Colégio Pedro II – NUDOM; Biblioteca Nacional – RJ; Biblioteca do Conjunto de Químicas; Biblioteca da UFMG – CEALE; Biblioteca UNESP – Marília. O acesso ao Banco de Dados LIVRES se restringe aos dados bibliográficos e formatação. A consulta detalhada de obra e conteúdo deve ser feita presencialmente na própria Biblioteca de Livros Didáticos (BLD), acoplada à biblioteca da FEUSP, com agendamento.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, V. P. S. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada*. Araraquara-SP, 2013. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BARROS, J. D'A. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38/2958>>.

BARROS, J. D'A. *Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012. v. 5.

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia Azevedo de (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: ALB; Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 529-575.

BEZERRA, G. F. *A Federação Nacional das Apaes e seu periódico (1963-1973): estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista*. Dourados, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Tese%20Final-%20Giovanni%20Ferreira.pdf>>.

BICCAS, M. de S. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de et al. (Org.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, P. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CATANI, B. D. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842>>.

CATANI, B. D. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

_____; FARIA FILHO, L. M. de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação na ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: Anped, n. 19, p. 113-128, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a09.pdf>>.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHOPPIN, A. Os livros didáticos de ontem a hoje: o exemplo da França. In: MOREIRA, K. H.; HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. (Org.). *História da Educação e livros didáticos*. Campinas: Pontes, 2017, p. 81-124.

CHOPPIN, A. L'histoire des manuels scolaires: une approche globale. *Historie de l'Education*, Paris, n. 9, p. 1-25, 1980.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o Estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, 2000, set.-dez. 2004.

CHOPPIN, A. *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation. 1992.

COLLADOS CARDONA, E. El concepto de dibujo y su práctica en los libros de texto de educación primaria publicados en España en el periodo comprendido entre 1915-1990. *Historia de la Educación, Revista Interuniversitaria*, Salamanca, n. 27, p. 323-346, 2008.

CORDEIRO, J. F. P.; CARVALHO, L. M. A circulação de modelos educativos nas revistas pedagógicas: Portugal e Brasil (1920-1935). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO, 25., Caxambu, 2002. *Anais...* Caxambu: Anped, 2002. p. 1-12. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm>>.

CORRÊA, R. L. T. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Caderno CEDES*, Campinas, n. 52, v. 20, p. 11-24, 2000.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, 2004.

DELGADO, B. Os livros didáticos como fonte para a História da Educação. In: MOREIRA, K. H.; HERNÁNDEZ DÍAZ, J. M. (Org.). *História da Educação e livros didáticos*. Campinas: Pontes, 2017, p. 15-22.

DEMARTINI, Z. de B. F. Prefácio. In: SOUZA, E. C. de. *Educação e ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas*. Salvador: Edufba, 2012, p. 10-15.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FEBVRE, L. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1985.

FERNANDES, A. L. C. A “santa causa da instrução” e o “progremento da Humanidade: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=4569@1>.

FIGUEIRA, E. *Comunicação Social Inclusiva: as pessoas com deficiência no mundo dos jornais, revistas, rádio, televisão, internet*. São Paulo: Ag. Book, 2014.

FRANÇA, I. da S. Papel das Revistas pedagógicas e dos periódicos na formação matemática dos professores primários paranaenses. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO: A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS, 11., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/RD4RR_FRAN%C3%87A_res_DAC.pdf>.

IRALA, C. *Educação rural em Dourados: a Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)*. Dourados, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados.

JANNUZZI, G. de M.; CAIADO, K. R. M. *APAE - 1954 a 2011: algumas reflexões*. Campinas: Autores Associados, 2013.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LE GOFF, J. A História Nova. In: LE GOFF, J. (Dir.). *A História Nova*. São Paulo: M. Fontes, 1990, p. 25-64.

_____. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 535-553.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 111-153.

MAGALHÃES, J. O manual escolar no quadro da História Cultural. Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, n. 1, p. 5-14, 2006.

MARTINEZ, E. C. *A Imprensa Pedagógica como tema e objeto para a História da Educação Paranaense: Jornal Escola Aberta (1986-1988)*. Maringá, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009_edilene_martinez.pdf>.

MOGARRO, M. J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Pro-posições*, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, 2005.

MOREIRA, K. H. Pesquisa em História da Educação: Localização e seleção de livros didáticos de História republicanos (1889 a 2008). In: XAVIER, Libania; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Org.). *História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI*. Vitória: Editora UFES; SBHE, 2011, p. 1-18.

MOREIRA, K. H. Pesquisas em História da Educação com o livro didático: questões sobre fontes, temas e métodos. *Revista de Educação Pública*, v. 26, p. 877-903, 2017.

MOREIRA, K. H., SILVA, M. *Um inventário: o livro didático de história em pesquisas (1980 a 2005)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MUNAKATA, K. Brasil. In: OSSENBACH SAUTER, G.; SOMOZA, M. R. *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina*. Madrid: Ediciones UNED, 2001, p. 337-344.

NUNES, A. d'A. Fontes para a História da Educação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2, 2006, p. 187-206. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/387/417>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OLIVEIRA, W. G. de. *A imprensa pedagógica como fonte e objeto para uma escrita da História da Educação: em destaque a prática pedagógica sugerida ao professor de educação infantil pela Revista Criança (1996-2006)*. Maringá, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2011-Wanessa.pdf>>.

OSSENBACH SAUTER, G. Os livros didáticos e o ensino de história da educação. Tradução de Kênia Hilda Moreira. *Revista de Educação Pública*, v. 25, n. 60, p. 787-798, 2016.

PAES, A. B. *A escola primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (1889-1942)*. Araraquara, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIACENTINI, A. P. F. da. *História da formação para professores leigos rurais: o curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970*. Dourados, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Grande Dourados.

PINHO, L. A. A pesquisa sobre a educação rural em Congressos de História da Educação (2000-2007). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Anais...* Aracaju/SE: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

PINTO, A. A. Contribuições da imprensa periódica especializada para os estudos em História da Educação: a revista *A Eschola Publica* e as disputas pela hegemonia do campo educacional paulista (1893-1897). *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 10, n. 18, p. 95-118, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/139/132>>.

PUELLES BENÍTEZ, M. de P. Los manuales escolares: un nuevo campo de conocimiento. *Revista Interuniversitaria: Historia de la Educación*. Salamanca, n. 19, p. 5-10, 2000.

RAFANTE, H. C.; LOPES, R. E. Helena Antipoff e a educação dos “excepcionais”: uma análise do trabalho como princípio educativo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 33, p. 228-252, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art15_33.pdf>.

RAMOS, M. E. T. História da Educação pelas Revistas Periódicas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, *Anais...* Londrina: Anpuh, 2005, p. 1-9. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1452.pdf>>.

REDE APAE e sua História. In: APAE Brasil: Federação Nacional das APAEs. [2016?]. Disponível em: <<http://apaebrasil.org.br/page/2>>.

RODRIGUES, E.; BICCAS, M. de S. Imprensa Pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da *Revista do Ensino (1929 – 1930)*. *Acta Scientiarum: Education*, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-

163, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/pdf_3>.

RODRIGUES, E.; SILVA, M. J. de C. A. da. A Imprensa Pedagógica representada pela *Revista Brasileira de Educação*: uma fonte de pesquisa para a história da educação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL; REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO, 10., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2014. p. 1-17. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/109-0.pdf>.

RODRIGUES, A. C. da S.; MARQUES, D. F.; RODRIGUES, A. M. R.; DIAS, G. L. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. *Educação & Realidade* [online], Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, 2017.

SÁ, E. F. de; SOUZA, R. F.; SILVA, V.L.G. (Org.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SA, E. F.; SILVA, M. O. O Ruralismo Pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. v. 11, n. 23, p. 61-83, 2014.

SA, E. F.; SILVA, M. O. A escola rural mato-grossense no olhar de Gervásio Leite. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 10, p. 267-278, 2013.

SILVA, M. de O. da. *Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na Educação (1927-1945)*. Cuiabá, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.

SILVA, M. J. de C. A. da. *A Revista Brasileira de Educação: apropriações do discurso acerca dos temas da infância e da história da infância – (1995 a 2010)*. Maringá, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2012%20-%20Michelle.pdf>>.

SOARES, M. B. Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 2, n. 12, p. 52-64, 1996.

TAMBARA, E. *Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva, 2003.

TIANA FERRER, A. (Org.). *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED, 2000.

UNICAMP. *O que sabemos sobre o livro didático?* Catálogo analítico. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Org.). *Programas de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. In: VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 73-127.

WERLE, F. O. C. (Org.). *Educação rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.

_____. *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007.

ZANLORENZI, C. M. P. História da Educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, v. 10, n. 40, p. 60-71, 2010. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3370/2993>>.

Alessandra Cristina Furtado é Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-Doutora e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada e Mestre em História pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Franca.

Giovani Ferreira Bezerra é Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutor em Educação pela UFGD. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Paranaíba. Especialista em Gestão Escolar e Projetos Educacionais pelas Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR). Graduado em Pedagogia UEMS, unidade de Paranaíba.

Kênia Hilda Moreira é Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pós-Doutora pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutora em Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha. Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFGO).

Como citar:

FURTADO, Alessandra Cristina; BEZERRA, Giovani Ferreira; MOREIRA, Kênia Hilda. Pesquisas em História da Educação: problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 530-556, jul./dez. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.